



Artigos



**Crêterios de noticiabilidade
e o fotojornalismo**

Ivan Luiz Giacomelli

Critérios de noticiabilidade e o fotojornalismo

Criteria for newsworthiness and photojournalism

Ivan Luiz Giacomelli *

Resumo: *Este artigo é um levantamento destinado a verificar, de forma preliminar, a influência dos critérios de noticiabilidade no fazer fotojornalístico, bem como se o fotojornalismo influencia na escolha e seleção dos fatos serão notícia nos jornais do dia seguinte. Integra este estudo um breve relato histórico sobre a evolução tanto do jornalismo quanto do fotojornalismo, seguido de conceitos de noticiabilidade nas duas áreas. Por fim, verifica empiricamente a influência dos critérios de noticiabilidade do fotojornalismo no jornalismo.*

Palavras-chave: *Critérios de noticiabilidade, seleção de notícias, jornalismo, fotojornalismo.*

Abstract: *This article reports on a survey aimed at checking, on a preliminary basis, the influence of the criteria of newsworthiness in making photojournalism, as well as if photojournalism influences the choice and selection of facts that will be news in the newspapers the next morning. Included in this study is a brief report on the historical evolution of both the journalism as the photojournalism, added by concepts of newsworthiness in both areas. In closing, it empirically checks the influence of the criteria for newsworthiness of photojournalism in journalism.*

Key-words: *Criteria of newsworthiness, news selection, journalism, photojournalism.*

* Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Engenharia de Produção pela UFSC. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC) da UFSC. Professor assistente do Curso de Jornalismo da UFSC.

Introdução

A busca para explicar por que um determinado fato vira manchete e muitos outros, mesmo que ocorridos no mesmo dia, vão parar nos pés das páginas dos jornais ou são simplesmente descartados, têm mobilizado os estudiosos do jornalismo. A definição do que torna notícia um evento qualquer há muito tempo ultrapassou as fronteiras das redações, mesmo sendo essa questão o cerne, a matéria-prima do fazer jornalístico.

Se inicialmente estas noções do que torna notícia um acontecimento era ensinado aos novatos pelos próprios colegas ou supervisores nas salas de redação, com regras básicas e simples como aquela do cão¹, com o crescimento do poder de influência dos meios de comunicação na sociedade, bem como com a criação das escolas de jornalismo, no início do século XX, passou-se a estudar com mais atenção essa questão.

Pesquisadores não só do meio jornalístico, mas também sociólogos, psicólogos e até antropólogos debruçaram-se sobre o assunto. Formularam-se várias teorias para explicar o uso dos conceitos de noticiabilidade, também chamados de “valores-notícia”. Se esta preocupação em estudar e explicar os critérios que levam os jornalistas a privilegiar determinados temas está mais madura no que se refere ao jornalismo, o mesmo ainda não acontece com a fotografia publicada pela imprensa. As respostas para justificar as razões de uma imagem ser considerada jornalística estão apenas começando a ser formuladas.

Este artigo é um levantamento destinado a verificar, de forma preliminar, a influência dos critérios de noticiabilidade no fazer fotojornalístico, bem como analisar se ocorre o inverso: de como o fotojornalismo influencia na escolha e seleção dos fatos que serão notícia nos jornais do dia seguinte. Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que pretende investigar como se dá o processo cognitivo no fotojornalismo.

¹ “Se um cão morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, aí sim temos a notícia.” A autoria da frase é atribuída Amos Cummings, um dos editores do jornal *The Sun*, de Nova Iorque.

Antes de discutirmos os conceitos de noticiabilidade, faremos um histórico do jornalismo e do fotojornalismo, para depois analisar as influências mútuas dos fatores de escolha de assuntos que se transformarão em notícia e das fotografias publicadas pela imprensa. Neste trabalho será usado o conceito de noticiabilidade formulado por Silva (2005, p.96):

Todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção de notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais.

A autora recomenda ainda a distinção entre os conceitos de valores-notícias (características do fato em si, relacionado à seleção primária dos fatos) e de seleção de notícias (que transcende a fase inicial de selecionar o que merecerá ser publicado, pois esse ato prossegue redação à dentro, via a hierarquização, por exemplo). (SILVA, 2005, p.97).

Antecedentes do jornalismo

O interesse em saber das coisas que ocorrem no mundo, seja num país distante ou no bairro vizinho, parece ser uma necessidade humana. Contar para o outro o que testemunhou ou lhe foi relatado está na origem do jornalismo. Antes mesmo da invenção da escrita os nossos antepassados já relatavam e registravam o seu dia-a-dia e até mesmo os eventos extraordinários, como ainda podem ser observados nas paredes e tetos de cavernas como as da região de Altamira, na Espanha, nas de Lascaux, na França, ou ainda nos sítios arqueológicos do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí.

Naquela que é considerada a primeira tese acadêmica sobre o jornalismo² – quando esse termo ainda não havia sido criado – defendida em 1690 na Universidade de Leipzig, o alemão Tobias Peucer já dizia que “[...] o afã de saber coisas novas é tão grande que cada vez que os cidadãos se encontram em encruzilhadas e nas vias públicas perguntam: ‘o que há de novo?’” (PEUCER, 2004, p. 26). Peucer acreditava que foi esta curiosidade por saber das novidades, especialmente quando tinham um caráter de utilidade e atualidade, que começaram, “[...] por primeiro lugar, a serem escritos e divulgados os periódicos.” (PEUCER, 2004, p.26).

Mitchell Stephens, na cronologia que integra a obra *A history of news* (2007), mostra que as notícias circulavam de boca em boca por volta do ano 40.000 a.C., 60.000 após a linguagem ter surgido com o *homo sapiens*. Em torno de 8.000 a.C., com o desenvolvimento da agricultura, as sociedades se tornaram mais estáveis, proporcionando locais de encontro, possibilitando viagens, o uso de mensageiros, sinais de fumaça e som de tambor para fazer fluir as novidades. Os mais antigos sistemas de escrita apareceram em torno de 3.500 a.C., na Mesopotâmia e no Egito – com símbolos representando palavras em hieróglifos – e o primeiro alfabeto foi desenvolvido aproximadamente em 1.500 a.C., pelos fenícios. Os gregos acrescentaram vogais ao alfabeto fenício por volta de 750 a.C. e versões deste sistema se espalharam pela Europa. (STEPHENS, 2007).

Ainda de acordo com Stephens (2007), ao cotidiano dos cidadãos romanos foi incorporada, por volta do ano 145 a.C., a passagem diária pelo Fórum, local que concentrava os edifícios da administração pública, entre eles o Senado, e que também possuía locais para encontros ao ar livre e “tribunas livres” para discursos. A ida ao Fórum era a maneira adequada de ouvir “as últimas novidades”. Em 59 a.C., o líder político e

² A tese original foi produzida em 1690 com o título *De relationibus novellis*, traduzida para o português como “Os relatos jornalísticos”. Acredita-se que a expressão “relatos” está ligada ao fato de que as primeiras publicações nada mais eram do que uma relação, sem hierarquia, destaque ou conexão, de acontecimentos.

militar reformista Júlio César (100-44 a.C) ordenou a exposição e leitura pública das *Actas Diurnas*,³ um boletim oficial que incluía desde o resultado de deliberações do Senado, decretos, leis e outros acontecimentos locais e até eventos ocorridos nas províncias romanas ou países distantes. (STEPHENS, 2007).

A invenção do papel, atribuída ao chinês Ts'ai Lun, ocorreu em 105 (d.C.), mais vai levar mais de um século para a descoberta chegar a Europa. Na China, durante a Dinastia Tang (618-907), foi criado o “*tipao*”, boletim oficial que circulava entre a elite do país. Cópias do boletim, obtidas pela técnica de impressão em blocos (outra criação chinesa), “viajavam” pelo interior do país. O tipo móvel – para impressão – foi criado por outro cidadão chinês, Pi Sheng, entre 1041-48, mas foram os coreanos que desenvolveram os tipos móveis metálicos, de bronze, em 1241. Enquanto isso, na Europa do século XIII, a notícia “falada” continuava sendo o método dominante de divulgação. Relatos sobre decretos governamentais, mortes de famosos e chegadas ao mercado de novas safras de vinho eram “gritadas” por toda Paris por volta de 1250. (STEEPHENS, 2007).

Em meados do século XV, na Alemanha, Johann Gutemberg desenvolveu a prensa de tipos móveis e os seus aperfeiçoamentos posteriores é que tornaram possível a existência da imprensa. Em 1470 apareceu aquela que é considerada a mais antiga publicação de notícias impressa em tipos móveis da história – um relato italiano sobre um torneio esportivo. Nas décadas que se seguiram ocorreram as primeiras tentativas de controles da atividade de impressão de notícias: as licenças e privilégios concedidos por parte do Estado ou pela Igreja. Em 1566 surgiram em Veneza as primeiras “gazetas” noticiosas semanais,

³ De acordo com Stephens (2007), em 47 (d.C.) a *Acta Diurna* incluía também histórias de interesse humano e notícias sensacionalistas. O último registro sobre a existência das *Actas Diurnas* data do ano de 222 (d. C.). A queda do Império Romano, em 476, provocou a diminuição do comércio e da alfabetização, reduzindo, também, o fluxo de notícias proveniente do exterior (STEPHENS, 2007, p.xii). As *Actas* eram gravadas em tábuas de pedra e podiam ser livremente copiadas para serem enviadas a interessados dentro ou fora de Roma.

curiosamente ainda escritas à mão. De acordo com Stephens (2007), são, provavelmente, os ancestrais diretos mais antigos e conhecidos dos modernos jornais.

A cronologia de Stephens mostra ainda o surgimento de periódicos em vários países europeus e orientais ao longo do século XVII. Os formatos usados variavam de livretos a folhas soltas. A periodicidade era inconstante e muitas publicações tinham temas únicos quando “documentavam” grandes acontecimentos. Muitos traziam apenas informações comerciais e outros carregavam as tintas em reportar escândalos, sensacionalismo e fofocas. As notícias não eram ordenadas, apenas listadas por ordem cronológica. Stephens (2007) relata que apenas em 1622, na Inglaterra, surgiu pela primeira vez a figura do editor, um funcionário dedicado a organizar e hierarquizar o material publicado com o objetivo de formar uma narrativa mais coerente.

Porém, ler nos jornais as últimas notícias ainda não era um hábito no século XVII. Em 1630, por exemplo, a nave da Catedral de St. Paul, no centro de Londres, era o local para onde se dirigiam as pessoas que queriam ouvir – e não ler – as últimas notícias. A partir de 1650, apareceram em Paris e também em Londres as primeiras cafeterias, importantes centros de difusão de notícias por pelo menos mais dois séculos. O fato de apenas 40% dos homens serem alfabetizados explica o sucesso desses lugares públicos destinados ao “boca-a-boca”. Outro exemplo: em 1688 ainda era comum encontrar nas principais esquinas e parques de Paris os “novelistas”: sujeitos que contavam as notícias, geralmente reunindo pequenas multidões ao seu redor. (STEPHENS, 2007).

No início do século XVIII as coisas começaram a mudar. Londres possuía quase 700 mil habitantes, o que certamente dificultava a propagação de notícias faladas aos transeuntes. Em 1702 o primeiro diário de notícias londrino obteve sucesso. Os jornais passaram a investir no noticiário local, contratando pessoas para circular nas cafeterias e outros locais públicos em busca de informação, como forma de competir com as notícias “difundidas pela boca”. Quase no final do século os

primeiros jornais diários conseguiram se estabelecer com sucesso na França (1776) e no recém-fundado Estados Unidos (1783, na Pensilvânia). (STEPHENS, 2007).

Na sua pioneira tese de doutorado, defendida no final do século XVII, Peucer também lembra não ser possível assinalar quando, pela primeira vez, surgiu “[...] esta maneira de escrever este tipo de notícias e de relatos [...]” (PEUCER, 2004, p.16). Ele, porém, dedica vários parágrafos de sua tese – 29 ao todo – para identificar as origens do jornalismo em textos sobre história, escritos por filósofos e pensadores gregos e latinos da antiguidade, entre eles Sêneca e Cícero, que atraíam a curiosidade popular ao propiciarem o “conhecimento das coisas novas”. (PEUCER, 2004, p.17).

Ainda de acordo com o acadêmico alemão, “[...] os itálicos e gauleses, e depois os belgas e germânicos, devido às guerras que promoveram, bem como a criação dos ‘correios públicos e postais’ [...]” ajudaram a divulgar a este “[...] gênero funcional de escrita [...]” destinado a relatar as novidades, até que finalmente, em 1609, em Gdansk, por obra de Gotard Arthusius, “[...] aparecem os mercúrios⁴ franco-belgas [...]” (PEUCER, 2004, p.17). Stephens, porém, relata a existência de outras publicações (cujos exemplares sobreviveram até os dias de hoje) contemporâneas (1609) e conterrâneas (Alemanha) daquela criada por Arthusius e citada por Peucer (2004): *Relation: Aller Furnemmen*, “editada” por Johann Carolus em Estrasburgo, e *Aviso Relation ober Zeitung*, de Lucas Schulte, da cidade de Wollenbüttel. (STEPHENS, 2007).

O sociólogo suíço Jean Chalaby, também professor da City University de Londres, é um dos pesquisadores que nega a origem greco-romana do jornalismo. Para Chalaby (1998), o jornalismo tem, sim, data e local de nascimento: ele é uma invenção anglo-americana da segunda metade de século XIX. No livro *The invention of journalism* publicado em 1998 ele relata como se deu a criação do campo do jornalismo. O

⁴ De acordo com o pesquisador Jorge Pedro Sousa, os mercúrios eram “livros noticiosos com extensas listas de notícias soltas, muitos deles não periódicos”. (SOUSA, 2008, p.8).

motivo principal foi a eliminação, ocorrida entre 1853 e 1861, dos vários impostos que incidiam sobre a circulação dos jornais e revistas ingleses: as taxas tornavam os exemplares muito caros,⁵ o que fazia que as tiragens fossem muito pequenas, tornando a atividade de publicação de notícias um negócio instável. (CHALABY, 1998).

Com o fim dos impostos, desapareceu também outra dor de cabeça dos proprietários de jornais: a concorrência da imprensa partidária e proletária, que fazia sucesso ao circular burlando o pagamento das taxas. Assim, criou um grande mercado para os jornais e grandes grupos empresariais passaram a disputar estes novos clientes. Nas quatro décadas que se seguiram ao fim dos impostos, a circulação cresceu exponencialmente e houve o lançamento de novos títulos.⁶ Para dar conta da demanda, a atividade jornalística se tornou uma indústria, sempre demandando novos e vultuosos investimentos em impressão, distribuição e redação. Para Chalaby (1998), o esforço para disputar leitores (os clientes) e obter lucros pelas várias corporações – que disputavam o mercado dos jornais de forma extremamente competitiva – é que forjou o jornalismo como o conhecemos hoje. Esta disputa empresarial também teria sido responsável pela criação do um novo “discurso profissional” dos jornalistas – os chefes passaram a dizer de que forma os textos deveriam ser escritos para que o jornal atingisse seu público com mais eficiência (e lucro). (CHALABY, 1998).

Para sintetizar este relato dos antecedentes do jornalismo, nada melhor que uma definição do pioneiro no ensino e na pesquisa sobre o jornalismo no Brasil, Luiz Beltrão: “Embora uma profissão das mais recentes, o jornalismo é uma atividade humana das mais antigas.” (BELTRÃO, 2006, p.13).

⁵ Os impostos podiam chegar a onerar em até 7 pences (centavos de libra esterlina) cada exemplar comercializado. Com o fim das taxas, os jornais passaram a ser vendidos por 1 pence, em média.

⁶ Em 1901, só um dos vários jornais populares ingleses tinha circulação diária de 1 milhão de exemplares.

Antecedentes do fotojornalismo

A utilização corriqueira de fotografias por jornais e revistas ocorreu somente depois de mais de 50 anos de sua invenção, pelo francês Jacques Daguerre⁷, em 1839. Pesquisadores norte-americanos afirmam que a impressão direta da primeira fotografia pela imprensa ocorreu em 1880, em Nova Iorque, pelo jornal *The New York Graphics* (PHILIPS, 1996; EDON, 1976). O pesquisador português Jorge Pedro Sousa informa que jornais e revistas européias imprimiram fotografias pela primeira vez em 1871 (Suécia) e 1877 (França), portanto, bem antes do pioneirismo que os norte-americanos se atribuem (SOUSA, 2000). No Brasil, a primeira imagem fotográfica foi publicada apenas em 1900, pela *Revista da Semana*.

A demora de mais meio século na publicação de fotografia se deveu às dificuldades técnicas em reproduzir os cerca de 256 tons de cinza – do branco absoluto ao preto absoluto – da imagem fotográfica em preto-e-brancopelas impressoras de jornais e revistas da época, que utilizavam a tecnologia de impressão a traço. Esta impressão funciona tal qual um carimbo, imprimindo os caracteres de uma só cor – geralmente o preto, sobre papel branco. O próprio método fotográfico criado por Daguerre não permitia a obtenção de cópia das imagens – a daguerreotipia tinha como suporte uma chapa metálica.

A fotografia moderna, porém, evoluiu de outro processo fotográfico, contemporâneo da invenção de Daguerre: o método desenvolvido pelo inglês Henri Fox Talbot, que utilizava papel sensibilizado com sais de prata como base (suporte) na captação da imagem fotográfica. A talbotipia permitia a duplicação das imagens

⁷ Daguerre é considerado o inventor oficial da fotografia por ter sido o primeiro a anunciar o invento. Após a divulgação da criação de Daguerre, outros dois inventores de processos fotográficos informaram sobre suas invenções: Henri Fox Talbot, na Inglaterra, e Hércule Florence, um francês radicado no Brasil. Pioneiro e sócio de Daguerre, Joseph N. Niépce, também recebeu créditos pela invenção da fotografia: ele foi o primeiro a comprovadamente realizar a captura mecânica de uma imagem, em 1826.

por um procedimento simples: bastava colocar uma folha de papel fotográfico sob a imagem previamente obtida através de uma câmara fotográfica e expô-la à luz para que a cópia fosse realizada, por contato direto. Do método de Talbot – também anunciado publicamente em 1839, após a divulgação do método de Daguerre, ocorrido em 19 de agosto, em Paris – vieram não só conceitos das etapas fotográficas “negativo” para a matriz e “positivo” para a cópia da imagem, como também o próprio nome do processo: fotografia.⁸

Na década de 80, do século XIX, o processo de impressão de imagens fotográficas foi aperfeiçoado. Contribuíram para tanto inventores como Frederick Eugene Ives (PHILIPS, 1996), técnicos em impressão como Stephen H. Horgan (EDON, 1976), entre outros, e o canadense William Augustus Leggo, que publicou a primeira fotografia no *Canadian Illustrated News*, em 1871. (NEWHALL, 1949 *apud* EDON, 1976, p.15). Para Philips, a utilização de fotografias pela imprensa – em substituição de ilustrações feitas à mão – iria “salvar a lavoura” da indústria gráfica, que se veria livre dos altos custos em manter ilustradores e gravadores nas redações. (PHILIPS, 1996).

Philips (1996) explica o motivo: preparar fotografias para impressão custava apenas um décimo do valor necessário para imprimir uma ilustração, gravada em madeira ou pedra de impressão por artistas habilidosos. Esses monopolizavam, via sindicatos, a confecção de imagens nas redações e possuíam salários astronômicos.

A popularização do processo de impressão de fotografias pelo processo de retícula de meio-tom (*halftone*) entre 1880 e 1910 permitiu o lançamento de uma quantidade enorme de novas publicações nos EUA, especialmente revistas ilustradas, que tiveram boa receptividade junto

⁸ É atribuído ao astrônomo inglês sir John Herschel a paternidade de nomear tanto as duas etapas do processo fotográfico – negativo e positivo – bem como o próprio nome do processo, “fotografia”. O método criado por Daguerre foi denominado de “daguerreotipia” e o de Talbot, de “talbotipia”. Outro que reivindicou a criação do termo “fotografia” para o processo de obtenção mecânica de imagens foi o francês radicado no Brasil, Hércule Florence, que criou um processo de impressão de imagens que utilizava sais de prata sobre papel e denominou as etapas de “negativo” e “positivo”, assim como a denominação do processo todo como “fotografia”, em 1832, na então Vila de São Carlos, hoje Campinas, no estado de São Paulo. (KOSSOY, 1977).

ao público. Foi a época áurea das chamadas “pennies magazine”, que como o nome já diz, custavam apenas alguns centavos (de dólar). (PHILIPS, 1996).

A proliferação das revistas ilustradas demandou um novo profissional nas redações jornalísticas: o repórter fotográfico. De acordo com Freund (1995), os primeiros profissionais da fotografia jornalística eram escolhidos mais por atributos físicos do que jornalísticos ou intelectuais: as pesadas câmeras da época e a baixa sensibilidade das emulsões fotográficas exigiam força física para o manuseio do equipamento. Naquela época, uma boa fotografia de imprensa deveria ser clara, que não empastelasse de tinta na hora da impressão, ou seja, que não ficasse borrada pelo excesso de tinta nas áreas mais escuras. Uma das soluções para obter fotografias aptas para a impressão incluía o uso de flashes de magnésio, que, ao sofrerem ignição, soltavam um cheiro nauseabundo, próximo do odor de ovos podres. (FREUND, 1995).

De acordo com Freund (1995), esses primeiros fotojornalistas eram pessoas de baixa escolaridade e que geralmente já executam serviços menos nobres nas redações. Não havia, ainda, por parte desses profissionais e muito menos pelos editores dos jornais e revistas, preocupação em obter imagens fotográficas que contivessem informações relevantes sobre o evento que estava sendo fotografado: o uso de fotografias servia apenas para “ilustrar” as publicações. (FREUND, 1995; PHILIPS, 1996).

Essa situação mudou a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, na Alemanha, o país derrotado no conflito. A criação da chamada República de Weimar, em 1918, que pôs fim ao governo imperial, deu início a um período turbulento na política e na economia e, ao mesmo tempo, auspicioso nas artes. Foi neste ambiente que surgiu uma nova forma de usar a imagem fotográfica no jornalismo: Tim Gidal disse ser a forma “moderna” do fotojornalismo. (GIDAL, 1973).

O ambiente para a revolução estava posto: cada uma das grandes cidades alemãs possuía revistas semanais, fartamente ilustradas com

fotografias e que chegavam a publicar mais de um milhão de exemplares em cada edição; havia um batalhão de jovens desempregados, a maioria com formação universitária, praticando o jornalismo e a fotografia; a indústria alemã disponibilizou duas novas câmeras fotográficas com uma novidade: um visor na parte traseira que permitia um maior controle, pelo fotógrafo, do que era enquadrado e fotografado. A estas condições, junte outra: um público ávido para fugir das agruras do dia-a-dia, disposto a buscar um refúgio escapista na leitura das revistas ilustradas – com fotografia de lugares distantes e exóticos, a vida em paraísos tropicais, etc. (GIDAL, 1973).

Em duas das maiores e mais importantes dessas revistas foram desenvolvidas duas formas distintas de usar jornalisticamente a fotografia. Uma das formas privilegiou a utilização de apenas uma fotografia, que traduzia todo o acontecimento retratado em uma única – e, às vezes, “exclusiva” – imagem. A outra forma expressava através da reportagem fotográfica, a reunião de várias imagens fotográficas dispostas, geralmente ocupando várias páginas das revistas, de modo a “contar” ou descrever uma história. (GIDAL, 1973).

A primeira forma de utilização da fotografia jornalística se tornou o carro chefe da revista *Berliner Illustrirte Zeitung*, a de maior tiragem na Alemanha. A técnica da foto única – chamada de *scoop* por Sousa (2008) – foi incentivada pelo editor-chefe da revista, Kurt Korff, e teve como principal executor Erich Salomon⁹, considerado o pai do “fotojornalismo moderno”.

Já o chefe da sucursal berlinense de outra revista – *Münchner Illustrirte Presse*, editada na cidade de Munique – Stefan Lorant, incentivou a utilização da reportagem fotográfica como forma de expressão. Nas páginas da *Münchner* se destacaram uma nova leva de profissionais, com nomes como Martin Munkacsi, Kurt Hübschmann,

⁹ Salomon foi o criador da técnica da fotografia única e exclusiva. É dele a definição de que o fotojornalismo é “fotografar sem pedir licença ao fotografado nem deixar que ele percebesse que estava sendo fotografado”. A técnica criada por Salomon foi denominada de “candid photo” nos países de língua inglesa.

Umbo, e Neudin. Os húngaros André Kertész e Robert Capa também tiveram reportagens fotográficas publicadas na Alemanha, porém sem residir no país. Lorant, que mais tarde assumiu a direção da *Münchener*, também semeou a idéia da criação de agências fotográficas, nas quais fotógrafos detinham controle sobre o material produzido, bem como possuíam autonomia para produzir reportagem sobre temas que eles próprios escolhessem. (GIDAL, 1973; FREUND, 1995).

A posse de Hitler como chanceler alemão, a partir de 1933, a conseqüente mudança de enfoque das revistas e o início da perseguição aos judeus – vários profissionais descendentes dessa etnia brilhavam na Alemanha, muitos vindos da vizinha Hungria – levou o modelo “moderno” alemão de fazer fotojornalismo ao mundo, começando pela França, depois Inglaterra e finalmente Estados Unidos – onde, em 1936, foi lançada a revista *Life*¹⁰, a maior e a mais importante de todas as publicações ilustradas com fotografia jornalística de todos os tempos que, por sua vez, irradiou o modelo alemão pelo mundo. (GIDAL, 1973).

No Brasil, a revista *O Cruzeiro*, fundada em 1928, foi exemplo da prática do bom fotojornalismo e revelou uma geração de grandes repórteres fotográficos. O jornal *Última Hora*, lançado em 1951 por Samuel Wainer, também revolucionou o uso da imagem fotográfica por jornais diários. Outros de exemplos de revistas que privilegiaram o uso de fotografias foram as também extintas *Manchete* (Bloch), surgida em 1952; e *Realidade* (Abril), na década seguinte. A pioneira, porém, na utilização das imagens fotográficas foi a *Revista da Semana*, que começou a circular em maio de 1900.

¹⁰ Kort Korff foi um dos consultores que planejaram e orientaram o lançamento da revista.

Critérios de noticiabilidade no jornalismo

A busca por respostas sobre o porquê de alguns acontecimentos virarem notícias e ganharem manchetes dos meios de comunicação enquanto outros recebem tratamento menos espetaculoso ou são simplesmente descartados tem mobilizado os pesquisadores. O alemão Tobias Peucer foi um dos primeiros a estudar o assunto: sua tese é recheada de conselhos sobre os melhores modos de estabelecer preferências na seleção de fatos “[...] que merecem ser recordados ou conhecidos”. Para ele, estes acontecimentos são as “[...] coisas singulares, fatos realizados ou por Deus, ou pelos anjos, ou pelos homens na sociedade civil ou na Igreja”. Como acontecem muitos eventos que podem causar a curiosidade popular todos os dias, “[...] como esses fatos são quase infinitos, cabe estabelecer uma seleção de modo que seja dado preferência [...] àqueles que merecem ser recordados ou conhecidos”. (PEUCER, 2004, p.21).

Entre as “coisas singulares”, que mereciam ser publicadas, Peucer (2004, p.21) destaca:

Em primeiro lugar, os prodígios, as monstruosidades, as obras ou os feitos maravilhosos e insólitos da natureza ou da arte, as inundações ou as tempestades horrendas, os terremotos, os fenômenos descobertos ou detectados ultimamente, fatos que têm sido mais abundantes que nunca neste século. Depois, as diferentes formas dos impérios, as mudanças, os movimentos, os afazeres da guerra e da paz, as causas das guerras, os planos, as batalhas, as derrotas, as estratégias, as novas leis, os julgamentosos cargos políticos, os dignatários, os nascimentos e mortes dos príncipes, as sucessões em um reino, as inaugurações e cerimônias públicas que parecem se instituir novamente ou que parecem mudar ou que são abolidas, o óbito de varões ilustres, o fim de pessoas ímpias, e outras coisas. Finalmente os temas eclesiásticos e literários: como a origem desta ou daquela religião, seus autores, seus progressos, as novas seitas, os preceitos doutrinários, os ritos, os cismas, a perseguição que sofrem, os sínodos celebrados por motivos religiosos, os decretos, os escritos mais notáveis dos sábios e doutos, as disputas literárias, as obras

novas dos homens eruditos, as instituições, as desgraças, as mortes e centenas de coisas mais que façam referência à história natural, à história da sociedade, da Igreja ou da literatura: tudo isto costuma ser narrado de forma embaralhada nos periódicos, como uma história confusa, para que a alma do leitor receba o impacto de uma amena variedade.

No parágrafo XI, Peucer (2004, p.18) destaca que “coisas dignas sejam separadas dos rumores infundados que se fazem correr”. E no parágrafo XIII relaciona ao escritor de periódicos a “credibilidade e o amor à verdade” e, relembando Cícero, reafirma que “a primeira lei da história é que não se ouse dizer nada em falso”. (PEUCER, 2004, p.19). Separar o verdadeiro do falso ao divulgar notícias era, também, a preocupação de outros contemporâneos de Peucer, como Cristian Weise (1676) e Daniel Hartnack. (KUNCZIK, 2001 *apud* SILVA, 2005, p.97-98).

No século XX, especialmente nas últimas quatro décadas (SILVA, 2005, p.96), ampliaram-se os estudos para entender “por que as notícias são como são”¹¹. A compreensão de como são formados os critérios de seleção de notícias vem sendo abordada por diversos pesquisadores, inclusive aqueles que militam na imprensa, homens de redação ou acadêmicos. Sociólogos, como os norte-americanos Gaye Tuchman, e Herbert Gans, realizaram pesquisas que se tornaram referências mundiais ao adentrar redações e acompanhar de perto todas as atividades de seleção de notícias para procurar entender como são definidos os critérios sobre o que merece ser publicada/exibido.

Michael Schudson é outro sociólogo que se especializou no estudo do jornalismo e tem uma obra cujo tema principal é a notícia. Tuchman, Gans e Schudson foram precedidos, entre outros, pelos pioneiros como Robert Park, Walter Lippmann e David Manning White – este último associou o conceito de “*gatekeeper*” (seletor de notícia), introduzido inicialmente pela psicologia, ao jornalismo (SILVA, 2005, p.97). A

¹¹ Título do livro de Nelson Traquina, **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são? Volume I. Florianópolis: Insular/PósJor-UFSC, 2005.

propósito, Lippmann é o primeiro pensador contemporâneo a propor alguns atributos de noticiabilidade, cinco ao todo: 1) clareza; 2) surpresa; 3) proximidade geográfica; 4) impacto e 5) conflito pessoal. (LIPPMANN *apud* SILVA, 2005, p.101).

Em língua portuguesa, pode-se destacar os estudos de Nelson Traquina, Cristina Ponte e Jorge Pedro Sousa, todos de Portugal. No Brasil, os trabalhos acadêmicos sobre a notícia têm início com Luiz Beltrão, passam por Mário Erbolato, Manuel Carlos Chaparro, José Marques de Mello, Adelmo Genro Filho e Nilson Lage, prosseguindo com pesquisas mais recentes propostas por Felipe Pena, Eduardo Meditsch e Gislene Silva. Na Europa, destacam-se também os estudos do italiano Mauro Wolff e do espanhol Lorenzo Gomis, entre tantos outros.

Luiz Beltrão, em obra do início da década de 60, propunha, de acordo com sua “experiência profissional, com fundamento nas normas da psicologia humana e social”, dez critérios para bem identificar e julgar os fatos noticiáveis: 1) proximidade; 2) proeminência; 3) conseqüências; 4) raridade; 5) conflito; 6) idade e sexo; 7) progresso; 8) drama e comédia; 9) política editorial e 10) exclusividade. (BELTRÃO, 2006, p.84-85).

Para Beltrão (2006, p.84), se bem observados esses critérios, seriam atenuados os fatores que ajudam a desacreditar um jornal:

A fim de que bem exerça as suas funções e não forneça ao leitor aquelas notícias sem valia, que desacreditam o jornal, tornando-o inócuo e insípido, há que o jornalista saber quais os fatos que se devem transformar em notícias ou, por outras palavras, quais os critérios de identificação e julgamento dos assuntos que tem lugar nas colunas do jornal.

Gislene Silva, num estudo publicado em 2005, propõe sistematizar várias listagens de “de atributos de acontecimentos”, formulados por 13 dos principais teóricos da notícia¹². Todos estes atributos, de acordo com seus autores, possuem “as características necessárias para que fatos fossem selecionados como notícia”. (SILVA, 2005, p.101). Depois de

¹² Entre eles estão Walter Lippmann, Fraser Bond, J. Galtung & M. Ruge, Herbert Gans, Pamela Shoemaker et alli, Mauro Wolff, Mário Erbolato, Manuel Chaparro e Nilson Lage.

sistematizados os conceitos, a autora apresenta proposta para uma nova tabela de valores-notícias, que leva em conta os critérios formulados pelos 13 teóricos e inclui “outros que por precisão e originalidade possam contribuir para as análises de acontecimentos noticiáveis / noticiados”. (SILVA, 2005, p.103).

A proposta de Silva contempla 12 critérios, como podem ser observados na Tabela 1.

Proposta de tabela de valores - notícias, proposta por Silva (2005)	
Impacto <ul style="list-style-type: none"> • número de pessoas envolvidas [no fato], • número de pessoas afetadas [pelo fato], • grandes quantias [dinheiro]; 	Proeminência <ul style="list-style-type: none"> • notoriedade, • celebridade, • posição hierárquica, • elite [indivíduo, instituição, país], • sucesso/herói;
Conflito <ul style="list-style-type: none"> • guerra, • rivalidade, • disputa, • briga, • greve, • reivindicação; 	Entretenimento/curiosidade <ul style="list-style-type: none"> • aventura, • divertimento, • esporte, • comemoração;
Polêmica <ul style="list-style-type: none"> • controvérsia, • escândalo; 	Conhecimento/cultura <ul style="list-style-type: none"> • descobertas, • invenções, • pesquisas, • progresso, • atividades e valores culturais, • religião;
Raridade <ul style="list-style-type: none"> • incomum, • original, • inusitado 	Proximidade <ul style="list-style-type: none"> • geográfica, • cultural;
Surpresa <ul style="list-style-type: none"> • inesperado; 	Governo <ul style="list-style-type: none"> • interesse nacional, • decisões e medidas, • inaugurações, • eleições, • viagens, • pronunciamentos;
Tragédia/drama <ul style="list-style-type: none"> • catástrofe, • acidente, • risco de morte/morte, • violência/crime, • suspense, • emoção, • interesse humano; 	Justiça <ul style="list-style-type: none"> • julgamentos, • denúncias, • investigações, • apreensões, • decisões judiciais, • crimes.

*Tabela 1 - Proposta de tabela de valores-notícias
Fonte: Silva (2005, p.104-105)*

Critérios de noticiabilidade no fotojornalismo

Buitoni (2007) procura responder à pergunta de por que uma fotografia é considerada jornalística. Segundo a autora, a maioria dos estudiosos aponta a “[...] natureza indicial da fotografia como um elemento fundante de seus usos e aplicações. O vínculo entre o referente e a foto é a pedra de toque que justifica a credibilidade e a veracidade dessa reprodução técnica”. (BUITONI, 2007, p.104). Para ela, “talvez essa aderência visceral ao referente seja a justificativa epistemológica principal para a foto jornalística”. (BUITONI, 2007, p.107).

Citando o pesquisador espanhol Pepe Baezza, autor do livro *Por una función crítica de la fotografía de prensa* (Gustavo Gilli, 2003), Buitoni (2007) relata a proposta de divisão em dois grupos da fotografia de imprensa: um ligado à fotoilustração (destinada a descrever, explicar e detalhar); e outro ao fotojornalismo (que trabalha com funções como atualidade, relevância política/social/cultural e dos valores de informação). Para ajudar a definir a natureza jornalística da fotografia, a autora sugere acrescentar dois outros elementos: o flagrante e o que chama de “embrião narrativo” (“quando a imagem nos dá pistas de uma ação continuada”). (BUITONI, 2007, p.104).

Para Barthes (1984, p.129), a fotografia é um atestado de presença, uma prova de que o fotógrafo esteve no local retratado na imagem fotográfica. Desde o seu início, a fotografia foi vista como algo verdadeiro, que não mente. Esta característica fez a fotografia ser reivindicada pelos jornais como forma de reforçar a credibilidade do noticiário. Mesmo antes de viabilizada sua impressão direta, os jornais costumavam imprimir ilustrações feitas à mão por gravadores em suporte de pedra ou madeira, identificadas com a frase “copiada de uma fotografia”. (FREUND, 1995).

Um dos primeiros jornais diários a apostar no uso corriqueiro de imagens fotográficas foi o tablóide britânico *Daily Mirror*, lançado no início de 1904¹³. Neste caso, o uso da fotografia não foi nada nobre. Segundo Chalaby (1998, p.108), o objetivo do jornal com a publicação de fotografias foi coadjuvar na política de despolitização e sensacionalização do noticiário que os tablóides da época realizavam: mais importante que o fato (a notícia), era o espetáculo; mais importante do que relatar um discurso no Parlamento era publicar uma grande fotografia do parlamentar discursando, sem mais detalhes do teor do discurso. Ao mesmo tempo, a fotografia transmitia aos leitores uma mensagem clara, que não exigia nenhum esforço mental dos leitores para ser entendida. (CHALABY, 1998, p.113).

Stuart Hall “aponta o fotógrafo [de imprensa] como um *gatekeeper*, como alguém que seleciona e hierarquiza informação”. (HALL, 1973 *apud* SCHMITT, 1998, p.99).

Para Tavares e Vaz (2005, p.127), o que talvez marque mais precisamente o caráter das fotografias jornalísticas são o imediatismo e o inesperado. Entre seus atributos estariam os atos de documentar, testemunhar, comunicar, e, citando Barthes, representar, provocar desejo, dar significação, surpreender. (TAVARES; VAZ, 2005, p.127).

Influência do fotojornalismo nos critérios de noticiabilidade jornalística

Em meados da década de 80, em veículo impresso de circulação diária de Santa Catarina, onde exerci a função de repórter fotográfico, um acontecimento importante só se transformava na manchete principal

¹³ O *Daily Mirror* foi lançado em 2 de novembro de 1903 como um jornal para mulheres, feito por mulheres. O projeto não vingou e em 26 de janeiro de 1904 o jornal foi relançado – e as jornalistas, demitidas – com o nome de *Daily Illustrated Mirror*, cuja proposta era investir em fotografias.

caso tivesse sido fotografado. Sem uma imagem fotográfica, aquela notícia perderia destaque e seria impressa no pé de alguma página interna. Tal fato ocorria mesmo que o acontecimento fosse importante e preenchesse os principais critérios de noticiabilidade. Em alguns dias da semana e para a edição dominical, não bastava a existência de fotografia para garantir destaque para o assunto; era necessário que tivesse sido fotografado com filme colorido. Nestas edições, a capa e o miolo do jornal era impresso em cores, e se o evento tivesse sido coberto apenas com filme preto-branco, perdia importância na hierarquia noticiosa.

Ao responder pela edição de notícias das editorias de Política e de Economia de outro jornal diário de Santa Catarina, na década seguinte, enfrentei dilema semelhante: as normas internas do veículo recomendavam o uso de ao menos uma fotografia em cada uma de suas páginas. Se o assunto principal do dia não dispusesse de fotografia, dificilmente teria o destaque merecido por sua importância, de acordo com os critérios de noticiabilidade; outro assunto, menos relevante, ocuparia a manchete da editoria.

Nesta última década, pesquisa empírica feita como leitor eventual dos veículos locais permitiu perceber o abrandamento das regras internas que impediam o destaque de eventos importantes que não estivessem sendo acompanhados de registro fotográfico. Outro fato observado pela pesquisa foi o aumento do uso, nas capas, de fotografias em tamanho destacado mesmo quando não relacionadas com nenhuma das notícias que mereceram destaque (manchete) por parte dos jornais.

Considerações finais

Na última década o estudo acadêmico sobre o fotojornalismo tem avançado. O crescimento das dissertações de mestrado e, em menor número, de teses de doutorado defendidas no país mostra a

evolução neste ramo do campo do jornalismo. Há, porém, muito o que progredir. O estudo mais aprofundado da questão dos critérios de noticiabilidade fotojornalismo, do impacto do “fotojornalismo cidadão”, tanto na área impressa como segmento *on-line*, bem como da inexorável migração do jornalismo impresso para a plataforma *on-line*/digital são só alguns exemplos de temas de pesquisas que podem contribuir para um melhor entendimento da fotografia jornalística. Pesquisa alguns destes temas para a tese de doutoramento e, em breve, estes temas serão a matéria-prima de novos artigos.

Referências

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI/Cátedra Unesco Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional/Edições Omnia, 2006.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. Fotografia e jornalismo – da prata ao pixel: discussões sobre o real. **Líbero**, São Paulo, ano 10, n.20, p.103-111, dez. 2007.

CHALABY, Jean K. **The invention of journalism**. London: Macmillan Press, 1998.

EDON, Clifton C. **Photojournalism: principles and practices**. Dubuque (Iowa): VM. C. Brown, 1976.

FREUND, Gisèle. **Fotografia e sociedade**. Lisboa: Vega, 1995.

GIDAL, Tim N. **Modern photojournalism: origin and evolution, 1910-1933**. New York: Collier Books, 1973.

KOSSOY, Boris. **Hercule Florence, 1833: a invenção isolada da fotografia no Brasil**. São Paulo: Anhembi, 1977.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Tradução de Paulo da Rocha Dias. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.1, n.2, p.13-29, jul./dez. 2004. (Original em 1690)

PHILIPS, David C. **Art for industry's sake: halftone technology, mass photography and the social transformation of american print culture, 1880-1920**. 1996. Dissertation (Doctoral) - Yale University. San Diego, Disponível em: <<http://www.britannica.com>>. Acesso em: 15 abr. 2000.

SCHMITT, Fernando Bohrer. *Newsmaking* e fotografia: um exemplo das rotinas de produção noticiosas aplicadas ao fazer fotográfico. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.9, p.98-103, dez.1998.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.2, n.1, p.95-107, jan./jun. 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **Por que as notícias são como são?** construindo uma teoria da notícia. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=13>. Acesso em: 10 dez. 2008.

_____. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

_____. **Uma história do jornalismo em Portugal até o 25 de abril de 1974**. 2008. Disponível em: < http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=13>. Acesso em: 10 dez. 2008.

STEPHENS, Mitchell. **A history of news**. 3.ed. New York: Oxford University Press, 2007.

TAVARES, Frederico de M. Brandão; VAZ, Paulo B. Ferreira. Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.27, p.125-138, ago. 2005.